

PROJETOS SOCIAIS EM EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE E LAZER: REFLEXÕES PRELIMINARES PARA UMA GESTÃO SOCIAL

MARCOS MIRANDA CORREIA

Instituto Superior de Educação do Estado do Rio de Janeiro (Iserj)
Fundação de Apoio à Escola Técnica/Secretaria Municipal de Educação (Faetec/SME),
Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Atividade Física –
Universidade Salgado de Oliveira (Universo)
E-mail: mmarcosuff@bol.com.br

RESUMO

As desigualdades sociais levaram ao surgimento do conceito de vulnerabilidade social e de projetos na área da educação física, do esporte e do lazer. Sem considerar a complexidade das questões sociais e alguns conhecimentos básicos da gestão social, alguns projetos desenvolvidos nessas áreas podem ser considerados ineficientes e ineficazes. O objetivo deste ensaio é apresentar o conceito de vulnerabilidade social e alguns conceitos básicos da gestão social e refletir sobre suas utilizações na gestão de projetos relacionados à educação física, ao esporte e ao lazer.

PALAVRAS-CHAVE: Projetos sociais; gestão; educação física.

INTRODUÇÃO

O contexto configurado pelo crescimento econômico brasileiro tem sido definido pela má distribuição de renda e pela desigualdade social, gerando diversos tipos de exclusão social. Nesse processo, vemos desenhar-se no Brasil um mapa cheio de “ilhas de inclusão rodeadas pelo mar revolto da exclusão social” (CAMPOS et al., 2004, p. 27). Em meio a esse mar revolto surgem as comunidades periféricas ou socialmente vulneráveis (BELLENZANI; MALFITANO; VALLI, 2005), abrindo espaço para o surgimento da prática de oferecer serviços complementares na forma de projetos sociais que constituem o hoje denominado “terceiro setor” (ARAÚJO, 2001, p. 4).

Conforme Araújo (2001), o chamado terceiro setor surge no processo de reconstrução neoliberal do Estado, o qual passa a dividir com alguns segmentos da sociedade civil organizadas funções e responsabilidades para a promoção do bem-estar social. Abre-se, então, um campo de ações assistencialistas que objetivam eliminar ou diminuir os desequilíbrios sociais e econômicos, oferecendo diversos serviços compensatórios às comunidades vulneráveis ou carentes. O autor também identifica a existência de um “mercado social” (p. 2), no qual organizações estatais, empresariais e sociedade civil utilizam recursos e experimentam técnicas de gestão para tirar algumas vantagens com o trabalho social. O fato é que esses dois extremos, o assistencialista e o mercantilista, trazem em conjunto equívocos que ainda não encontram respostas definitivas para uma boa gestão e uma solução dos problemas estruturais das comunidades excluídas.

Nesse contexto mercantilista e assistencialista, que tende a simplificar e aumentar a expectativa de solucionarem-se os problemas e as mazelas sociais, a educação física (EF), o esporte e o lazer acabam sendo incorporados como instrumentos ideais para atender às demandas do chamado terceiro setor. A visão da sociedade em relação à EF como promotora da saúde (FARINATTI; FERREIRA, 2006), ao esporte como moralizador e disciplinador e ao lazer como forma de entretenimento (MELO; ALVES JÚNIOR, 2003) contribui para que surjam projetos equivocadamente planejados e avaliados, do ponto de vista do impacto sobre os problemas sociais que se propõem a resolver.

De acordo com Tavares (2006), essa instrumentalização da EF, do esporte e do lazer tem conduzido muitos projetos dotados de boas intenções a não se efetivarem como elementos de mudança da realidade local das comunidades ou de transformação social mais ampla. Acrescenta, a isso, a existência de uma carência técnica na área da EF para a aferição dos resultados dos seus programas sociais. Em virtude do desconhecimento de alguns conceitos elementares de planejamento e de avaliação, na maioria dos casos, observa que o desperdício de recursos e

a frustração das expectativas têm ajudado a desgastar o uso do termo “projeto” em nossa área. O autor leva-nos a perceber que a despreocupação das políticas públicas para a EF, o esporte e o lazer, a visão deturpada da sociedade sobre esses três elementos, a falta de compromisso de alguns setores da sociedade com os verdadeiros problemas sociais e o despreparo dos profissionais de nossa área sobre a gestão social contribuem para diminuir as possibilidades de realização e efetivação de projetos emancipatórios.

Tanto Araújo (2001) quanto Tavares (2006) ressaltam a necessidade de termos cuidado com a incorporação desses conceitos de gestão aos projetos sociais. É preciso evitar a abordagem mercantilista dos problemas sociais, adotada por alguns autores e organizações estatais, não-estatais e empresariais, cujos objetivos são direcionados para a promoção de empresas e produtos. Reconhecem que, nesse campo da gestão social, ainda não foram encontrados nem definidos instrumentos e teorias tão consolidadas quanto às do setor empresarial. Não corroboram com a aplicação e a incorporação sistemática e incondicional das teorias e dos instrumentos da gestão empresarial aos projetos da área social, esportiva e educacional, mas admitem a complexidade e as particularidades no desenvolvimento desse processo, bem como a dificuldade de medir e avaliar a sua abrangência. Segundo Dowbor (1999, p. 1), “enquanto as áreas produtivas dispõem de um sólido acúmulo teórico sobre a sua gestão [...] a área social não dispõe dos paradigmas de gestão correspondentes, e fica oscilando entre ‘burocratismos’ estatais ultrapassados, e privatizações desastrosas. Os serviços sociais são diferentes, e necessitam de respostas específicas”.

Essa dificuldade em conciliar a complexidade e a especificidade técnica da gestão social com a sensibilidade e as particularidades envolvidas nas questões sociais é que nos motivou a escrever este ensaio. Muitas vezes, temos de concordar que nossas utopias sociais são apresentadas de forma tão grandiosa que dão margem às críticas depreciativas dos racionalistas e pragmáticos de plantão. Talvez, se fossem planejadas e estruturadas, poderiam proporcionar pequenos, mas significativos avanços sociais. Compartilhamos com Boaventura Santos (2001) a tese de que devemos “inventar ou reinventar não só o pensamento emancipatório como também a vontade de emancipação” (p. 284), porém sem negar as utopias, o conhecimento técnico-instrumental gerado pela ciência e a complexidade das soluções dos problemas do mundo capitalista.

Dessa forma, entendemos que a idealização e realização dos projetos sociais nas áreas da EF, esporte e lazer deveriam assumir a vontade de emancipação pela óptica das comunidades vulneráveis, porém buscando dar a elas conhecimentos e condições para o exercício de uma “cidadania maior e plena” (BOFF, 2000b, p. 73). Um exercício que não entregue ao terceiro setor o papel de substituto do Estado na gestão e defesa

dos interesses públicos comuns, mas que prepare os sujeitos dessas comunidades para adquirir autoridade, autonomia e poder de representação social e política.

Sem afirmar que a simples incorporação dos conceitos da gestão pelos profissionais de EF será suficiente para o desenvolvimento de bons projetos ou da emancipação social, o objetivo deste ensaio é resgatar o conceito de vulnerabilidade social e alguns termos da área de gestão e planejamento social, para refletirmos sobre as alternativas possíveis ou impossíveis de a EF, o esporte e o lazer cumprirem seus papéis de mediadores da transformação social (TABARES, 2006). Assim, adotamos como método a pesquisa bibliográfica que buscou na literatura, ainda bastante restrita (ANDRADE, 2005), articular alguns pontos de críticas com algumas referências e informações que possam colaborar com uma melhor intervenção dos profissionais da EF quando solicitados para a elaboração, o desenvolvimento ou a gestão de projetos de cunho social.

EDUCAÇÃO FÍSICA E O CONCEITO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Classificar determinados grupos sociais como vulneráveis conduz-nos a uma breve reflexão sobre os sentidos e as ações que essa designação pode gerar. O conceito de vulnerabilidade social origina-se na advocacia internacional, na luta pelos direitos internacionais do homem, sendo, posteriormente, incorporado pelos estudos e pelas intervenções na área da saúde. Tornou-se eficaz para chamar a atenção às desigualdades e à falta de perspectivas e condições sociais que colocam em risco a saúde pessoal e social de grupos excluídos dos direitos universais do homem (BELLENZANI; MALFITANO; VALLI, 2005).

Embora esse conceito tenha sido positivo, no sentido de dar voz aos grupos excluídos, precisamos ressaltar que ele também pode contribuir para uma visão patológica das questões e dos problemas sociais e de seu conseqüente tratamento. Por isso, devemos repensar a utilização da EF, do esporte e do lazer em projetos sociais na perspectiva do simples entretenimento ou como meras atividades ou serviços explorados pelo mercado social.

Nesse sentido, Tabares (2006, p. 212) vê a EF, o esporte e o lazer como um dos mais importantes “mediadores do desenvolvimento humano”. Por essa razão, eles vêm sendo incluídos em diversas ações governamentais e não-governamentais com o objetivo de suprir as “carências” de alguns grupos socialmente desfavorecidos. Não é necessário aqui nos aprofundarmos para demonstrar ou discutir a relevância, a importância e o valor socioeducativo dessas atividades, mas sim alertar sobre o entendimento que se pode fazer sobre a relação entre a EF, o esporte e o lazer com o conceito de vulnerabilidade social.

Devemos ser cautelosos ao designar as comunidades como vulneráveis ou carentes (como é utilizado mais comumente). Ao usarmos essa forma, podemos deixar de enxergar esses grupos como excluídos, permitindo que os projetos associados à EF, ao esporte e ao lazer assumam um caráter clientelista, assistencialista, paternalista ou utilitarista, oferecendo como benesse aquilo que é um direito dessas comunidades. Além do mais, essa visão de carência acaba fortalecendo a discriminação dessas comunidades ou grupos, negligenciando e menosprezando aspectos identificadores da cultura local para exploração consumista dos seus espaços e tempos de lazer (MASCARENHAS, 2003), bem como considerar seus atores como agentes passivos da transformação social.

Na Constituição do Brasil (BRASIL, 1998), os artigos 6º e 217 definem a prática desportiva e do lazer como um direito social e que cabe ao poder público promovê-las. Para Tabares (2006), esse entendimento é primordial para a garantia da participação política e democrática das populações denominadas vulneráveis e para que os projetos na área da EF, do esporte e do lazer atinjam todo o seu potencial de mediador do desenvolvimento social e humano.

Ao contrário da elaboração e gestão de projetos apoiados por interesses políticos-eleitorais, empresariais, institucionais e pessoais, eles deveriam ser desenvolvidos a partir de um entendimento da EF, do esporte e do lazer como um direito constitucional e como práticas fundamentais para o pleno desenvolvimento das capacidades sociais e humanas. Aquilo que esperamos ver nos projetos sociais, direcionados aos grupos socialmente desfavorecidos (ou vulneráveis), é o compromisso com a transformação da postura política desses grupos ditos “vulneráveis”¹. Isto é, tirá-los da condição de carentes para colocá-los na de exigentes e agentes. É uma ação complexa, difícil e complicada, mas, como ressaltou Santos (2001), é um desafio a ser enfrentado.

EDUCAÇÃO FÍSICA E PROJETOS SOCIAIS

A realidade da desigualdade social, associada às suas conseqüentes contradições e conflitos, representada nos mapas da exclusão (CAMPOS et al., 2004), colabora para o surgimento dos discursos moralizantes. Discursos que defendem a ocupação do tempo livre como solução para os possíveis problemas relacionados com a violência, a criminalidade e outros que perturbam a ordem social urbana

¹ A partir desse ponto, escreverei a palavra vulnerável (is) entre aspas para retirar a visão de carentes ou pedintes que se atribui ressaltar a esses grupos, e procurar resgatar sua condição de sujeitos ativos e capazes de lutar e reivindicar seus direitos e dignidade social.

(MASCARENHAS, 2003), ou melhor, das ilhas de inclusão. Não discordamos da importância de criarem-se oportunidades de lazer para as populações “vulneráveis”, mas também não podemos concordar com a concepção reducionista e discriminatória, conforme é exemplificada por Tavares (2006, p. 201): “enquanto estiverem jogando bola, não estão assaltando ou traficando”.

Essa visão reducionista e discriminatória abre caminho para “programas sociais” que encontram na EF, no esporte e no lazer o paliativo para as mazelas da sociedade; ou, então, para aqueles que, apesar das boas intenções, não utilizam alguns conceitos básicos da gestão social para suprir suas expectativas e obter os resultados positivos desejados. Dessa forma, podem existir projetos políticos oportunistas ou identificados com a busca de talentos que, associados à carência de um planejamento adequado, têm contribuído para o desprestígio de muitos projetos nessa área. Para Marino (2003), um outro problema é a importação de projetos bem-sucedidos em determinadas regiões ou países para serem reproduzidos sistematicamente na comunidade-alvo. De acordo com o autor, esse tipo de procedimento deve ser evitado por conta das especificidades e diversidades sociais e humanas dos grupos envolvidos.

As considerações anteriores aproximam-nos do principal problema que nos levou a realizar esta pesquisa bibliográfica. Ao considerarmos as críticas e reflexões de Tavares (2006) e Tabares (2006), percebemos que a tradição educacional de dissociar teoria e prática pode estar afastando os profissionais de EF, envolvidos com as questões sociais (ou “teóricas” quando vistas pejorativamente pelos “práticos”), de alguns conhecimentos técnicos de administração e gestão social importantes. Uma aproximação desses conhecimentos poderia tornar nossas militâncias mais objetivas e efetivas, sem deixar de lado nossas concepções ideológicas, políticas ou profissionais.

Embora devam ser resguardadas as devidas peculiaridades e complexidades de uma ação social, acreditamos na seguinte hipótese: para que os projetos sociais em EF, esporte e lazer obtenham êxito e cumpram seu papel transformador nas comunidades “vulneráveis”, será necessário que eles sejam desenvolvidos e administrados com a mesma seriedade e eficiência de uma empresa, entretanto com comprometimento e responsabilidade social muito maior. Isso não significa assumir uma postura empresarial dos problemas sociais, mas compreender que o trabalho com as comunidades excluídas deveria ter a mesma qualidade daquele oferecido às ilhas de inclusão.

Evitando uma postura mercantilista ou assistencialista das questões sociais, apresentaremos adiante alguns conceitos referentes à elaboração e gestão de projetos sociais, procurando apontar alguns aspectos que possam contribuir para uma

maior conscientização dos profissionais de EF em relação aos objetivos e ao valor social dos projetos ligados a nossa área. Esperamos, com isso, despertar, nos colegas e em outros interessados pelas questões sociais, uma crítica consciente e consistente dos projetos utilitaristas, oportunistas e descomprometidos com a emancipação da sociedade e as comunidades “vulneráveis”.

CONCEITOS BÁSICOS PARA A ELABORAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS SOCIAIS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Ander-Egg e Idáñez (1997) afirmam que nenhuma ação social terá êxito sem um grande esforço de organização e operacionalização, sendo fundamental diferenciar plano, programa e projeto. Tavares (2006) evidenciou a necessidade dos projetos na área da EF, esporte e lazer apreenderem conceitos de gestão para um melhor aproveitamento do seu potencial de mediação social. A apresentação dos conceitos adiante objetiva inserir noções preliminares, mas necessárias à elaboração de projetos sociais em qualquer área. Esperamos vê-los associados ao pensamento emancipatório para gerar projetos efetivamente transformadores.

Plano tem caráter mais abrangente, expressa delineamentos políticos e prioridades globais tais como: prioridade para concessão e direcionamento de recursos; estabelecimento de metas e proposição de objetivos. Um plano abrange programas e projetos. Seria uma condição ideal se tivéssemos as metas de desenvolvimento para o setor social claramente traçadas pelas administrações nacionais, estaduais ou municipais.

Programa compõe um “conjunto organizado, coerente e integrado de atividades, serviços ou processos expressados em um conjunto de projetos relacionados ou coordenados entre si que são de similar natureza” (ANDER-EGG; IDÁÑEZ, 1997, p. 15). Um programa pode ser constituído por vários projetos; e poderia (ou deveria) ser assumido por universidades, empresas e outras instituições que tenham como compromisso e meta o desenvolvimento e a emancipação social. A diferença entre plano e programa é a magnitude e a amplitude dos objetivos.

Projeto é um conjunto de atividades concretas, coordenadas e inter-relacionadas, porém com orientações mais específicas e objetivas para a solução dos problemas. Vários projetos deveriam constituir um programa necessariamente articulados entre si. A EF poderia desempenhar seu potencial mediador, facilitando a integração entre governo, universidade (ou outra instituição) e comunidade. As principais características de um projeto são: duração determinada; a utilização de recursos técnicos, financeiros e materiais; e alcançar os resultados previstos em sua concepção.

Os autores incluem *atividade* e *tarefa*, as quais são definidas como ações mais específicas e rotineiras do trabalho direto com a comunidade. Seriam, respectivamente, as aulas de dança ou futebol e a preparação e conservação da sala ou da quadra para as aulas.

Surge um outro conceito importante na efetivação de um projeto social: *parceria*. Um projeto social, para tornar-se efetivo e atingir o impacto desejado, depende substancialmente do apoio da comunidade, entretanto, precisa de recursos para que um orçamento muito reduzido não impeça ou limite algumas ações. Por isso, Soares, Monteiro e Monteiro (2006, p. 7) entende-na como uma rede de associações humanas que será otimizada à medida que se fortalecerem as relações entre os parceiros. Para elas, “estabelecer ‘parcerias’ significa investimento financeiro e social”, entretanto essa afirmação deve ser encarada com parcimônia. De acordo com Araújo (2001), no chamado terceiro setor existem equívocos e confusões conceituais sobre a definição de *marketing* social e de outros termos que acabam desvirtuando o foco das questões sociais para a publicidade de empresas, marcas ou produtos. Nesse sentido, devemos ficar atentos e críticos, uma vez que o esporte e o lazer são uns dos “produtos” mais rentáveis na indústria do entretenimento (MELO; ALVES JÚNIOR, 2003).

Reconhecendo a importância de incorporarmos alguns conhecimentos sobre a gestão de projetos sociais em nossa área, bem como estar sensível aos problemas das comunidades “vulneráveis”, acrescentamos outros conceitos do campo da gestão social para que possamos refletir um pouco mais sobre a elaboração e o desenvolvimento de projetos sociais em EF, esporte e lazer.

Gandin (2000) ressalta que, dado a uma visão ortodoxa da tarefa de planejar, o planejamento passou a ser visto de forma quase cômica, quase caindo em “descrédito” (p. 13). Isso explica, mas não justifica as críticas de Tavares (2006) a alguns projetos sociais; revela a necessidade de uma melhor formação dos profissionais de EF para enfrentar as dificuldades técnicas e sociológicas desse campo em desenvolvimento.

Em contrapartida, a definição do próprio Gandin (2000) sobre *planejamento* confirma a relevância de realizar-se uma gestão operacional das ambições sociais envolvidas em projetos direcionados a comunidades “vulneráveis”. Para o autor, “planejamento é uma tarefa vital, uma união entre vida e técnica para o bem-estar do homem e da sociedade” (p. 18). Ele acrescenta que “o planejamento deve alcançar não só que se façam bem as coisas que se fazem (chamaremos a isso de *eficiência*), mas que se façam as coisas que realmente importa fazer, porque são socialmente desejáveis (chamemos a isso de *eficácia*)” (GANDIN, 2000, p. 17, grifos meus).

Dessa forma, o planejamento passa a ser visto como um processo educativo que agrega o de *avaliação*. Os conceitos de avaliação e planejamento trazem em

conjunto os de *eficácia*, *eficiência*, *efetividade* e *impacto* (GANDIN, 2000; MARINO, 2003; TAVARES, 2006). Para Soares, Monteiro e Monteiro (2006), tais conceitos funcionam como importantes balizadores das metas de um projeto de cunho social. A apresentação seqüencial é apenas uma necessidade didática, porém a integração de todos esses conceitos é que determinará o êxito de um projeto social.

Eficácia “é a realização dos objetivos previstos” (TAVARES, 2006, p. 205). Como dito anteriormente, não basta uma coisa ser bem feita, pois é também fundamental que essa tenha relevância social. Por essa perspectiva, a EF tem deixado abertos os espaços para as críticas aos seus projetos. Alguns superestimam os seus objetivos, assumindo o discurso patológico e moralizador, dizendo que irão tirar ou salvar crianças e jovens da marginalidade, das drogas, da prostituição etc. Adotando esse discurso, alguns não passam de “escolinhas” (idem, *ibidem*) caça-talentos esportivos que acabam afirmando uma visão instrumentalista da EF, do esporte e do lazer. Um projeto social eficaz deveria ter a capacidade de efetivar as idealizações, de descartar concepções equivocadas e de reconduzir os esforços para alcançar as transformações sociais necessárias.

Eficiência “é o alcance dos resultados previstos utilizando um mínimo de recursos” (idem, *ibidem*). Em um país onde se investe pouco em saúde, educação e, especialmente, na EF, não é admissível que os profissionais dessa última área apliquem mal ou desperdicem os poucos recursos disponibilizados. Ander-Egg e Idáñez (1997) sugerem, conforme apresentado no quadro I, dez perguntas que devem ser constantemente realizadas pelo profissional de EF durante a gestão de qualquer projeto social.

Quadro I – Questões básicas para a gestão social

O QUE	se quer fazer?	Natureza do projeto
POR QUE	se quer fazer?	Origem e fundamentação
PARA QUE	se quer fazer?	Objetivos, propósitos
QUANTO	se quer fazer?	Metas
ONDE	se quer fazer?	Localização física (locação) Cobertura especial
COMO	se vai fazer?	Atividades e tarefas Métodos e técnicas
QUANDO	se vai fazer?	Calendário do cronograma (previsão do tempo)
A QUEM	vai dirigido?	Destinatários ou beneficiários
QUEM	irá fazer?	Recursos humanos
COM QUE	será custeado?	Recursos financeiros

Fonte: adaptado de Ander-Egg e Idáñez (1997).

Efetividade é o pleno êxito de um projeto social. “É o resultado concreto do projeto e dimensiona a sustentabilidade das ações por ele implementadas” (TAVARES, 2006, p. 206). Dá-se quando, ao término do projeto, as comunidades tomam conhecimento da importância da atividade desenvolvida para suas vidas e a reconhecem como um direito delas e um dever público. Acontece quando um projeto se torna um serviço (ANDER-EGG; IDÁÑEZ, 1997), do qual a comunidade não poderá mais prescindir. Isso fortalece o exercício da cidadania plena e cumpre o papel fundamental de um projeto social, reproduzido no velho jargão: “não dar o peixe, mas ensinar a pescar”.

Deixamos a *avaliação* por último não porque encerra o projeto, mas para afirmar que “ela ocorre como um processo integrado e contínuo na vida do projeto, esta, sim sempre apresenta efeitos; incorporada como um valor pelas pessoas, resulta em aprendizagem” (MARINO, 2003, p. 18). Em um projeto social, a avaliação deve conduzir à reflexão e sempre buscar a precisão ao estabelecer critérios e medidas. No quadro 2, procuramos sintetizar os “7 passos da avaliação” (idem, p. 26), fundamentais para avaliar os projetos sociais.

Quadro 2 – Os 7 passos da avaliação

1º	Decidir o foco da avaliação	<i>Pensar e decidir sobre o que avaliar.</i>
2º	Formar a equipe	<i>Escolher pessoas para registrar e divulgar o processo.</i>
3º	Identificar os interessados, as perguntas e os indicadores	<i>Identificar pessoas que possam fornecer as perguntas necessárias para a avaliação.</i>
4º	Levantamento de informações	<i>Identificar fontes, escolher métodos e construir instrumentos.</i>
5º	Análise dos fatos e das informações	<i>Sistematizar e analisar as informações coletadas.</i>
6º	Elaborar e divulgar um relatório	<i>Relatar e divulgar as conclusões e sugestões.</i>
7º	Utilizar e disseminar	<i>Utilizar os relatórios para discussão e aplicações.</i>

Fonte: adaptado de Marino (2003).

A avaliação de projetos sociais remete ao conceito de *avaliação de impacto*, que verifica a dimensão da ação social provocada por um projeto, após seu término ou conclusão. A partir da década de 1950, para apoiarem os projetos, as agências de desenvolvimento social passaram a considerar nas avaliações o impacto das conseqüências ambientais, sociais e econômicas que eles iriam provocar no contexto em que seriam realizados (TAVARES, 2006); ou para avaliar os seus efeitos sobre o bem-estar da comunidade em que estão inseridos (RAWLINGS, 2004). Sintetizando, “a avaliação de impacto é a análise sistemática das mudanças duradouras ou significativas positivas ou negativas planejadas ou não nas vidas das pessoas e ocasionadas por determinada ação ou série de ações” (ROCHE, 2002, apud TAVARES, 2006, p. 208).

Definidos alguns termos, ressaltamos a característica temporária dos projetos como o principal enfoque a ser abordado adiante. Nesse ponto vemos uma importante relação com as críticas à gestão de alguns programas e projetos sociais, apresentadas por Tavares (2006): o caráter temporário dos projetos. Logo, não podemos concordar com projetos sociais em EF, esporte e lazer por uma óptica utilitarista, moralista ou mercantilista e reducionista para oferecer entretenimento a grupos "carentes" ou "vulneráveis".

Sendo temporário e envolvendo variáveis qualitativas, de difícil mensuração, um projeto social deveria ter responsabilidade e cuidados maiores do que em qualquer outra administração. Para Ander-Egg e Idáñez (1997), bons projetos sociais não dependem apenas de "*buenas intenciones*" (p. 22), mas também de "eficiência operativa" (p. 22); isto é, a capacidade de transformar idéias em ações. Repetimos que está aí o grande obstáculo a ser transposto pelos profissionais comprometidos com as questões sociais no campo da EF, do esporte e do lazer: instrumentalizar a vontade de emancipação e os projetos sociais dessas áreas com os conceitos anteriormente apresentados.

Aceitar o desafio de instrumentalizar as ações sociais é um ponto importante para evitarmos esse descontrole sobre os recursos destinados à área social. Não podemos cometer o erro de discriminar a utilização dos conceitos da gestão empresarial como uma possível banalização ou racionalização das questões sociais. Compreender que as ações sociais precisam de um planejamento bem estruturado não significa apoiar a visão mercantilista de alguns segmentos do terceiro setor. Boff (2000a) e Santos (2001), ambos de visão humanista e socialista, não excluem mutuamente o potencial da lógica (racionalidade) e da estética (sensibilidade) na reconstrução da nossa sociedade. Vemos a associação entre o idealismo social e a lógica administrativa como um dos caminhos alternativos, propostos por Santos (2001), para a realização dos muitos projetos utópicos que ainda se encontram por realizar. O que deve ser criticado e combatido é a visão patológica dos problemas sociais e a tentativa de intervenção medicamentosa pelo uso da EF, do esporte e do lazer, simplificando e banalizando a complexidade estrutural, política e econômica envolvida nas questões sociais.

É preciso também levar em conta a estrutura competitiva e corporativa da nossa sociedade capitalista e os avanços neoliberais que restringem a possibilidade de os participantes continuarem suas atividades quando o projeto termina ou quando eles são obrigados a sair por conta da idade. Assim, ao não considerar essa característica da sociedade liberal, as comunidades "vulneráveis" envolvidas,

já desfavorecidas e marginalizadas socialmente, vêem as expectativas, criadas por certos projetos, frustrarem-se diante de uma realidade para a qual os projetos não as prepararam para enfrentar. Talvez não estejamos percebendo que certos projetos podem estar criando ou adiando uma dupla exclusão e um duplo desrespeito às comunidades.

Esperamos ter despertado a sensibilidade necessária para enxergar a complexidade e as singularidades das questões sociais. Desejamos também que o interesse pela aplicação e a reflexão sobre os conceitos básicos aqui apresentados seja aprofundado em novos artigos e projetos emancipatórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os valores educacionais e sociais atribuídos ao esporte e ao lazer, bem como a Constituição do Brasil, que os reconhece como um direito de todo cidadão, a visão assistencialista, clientelista e instrumentalista da EF não pode ser referência para o desenvolvimento dos projetos sociais dessa área. Pelo que apresentamos e discutimos, adotar essa posição significa negligenciar a Constituição do Brasil e desrespeitar, ainda mais, as comunidades já excluídas e discriminadas socialmente e culturalmente, quando tratadas como “vulneráveis” ou “carentes”.

Consideramos ser fundamental a EF incorporar, compreender e assimilar os conceitos e procedimentos da gestão social, porém esperamos que não sejam negligenciadas as utopias políticas e ideológicas inerentes à vontade de emancipação (SANTOS, 2001). Que reconheçamos a necessidade de recorrer aos conhecimentos técnico-administrativos como uma forma de aumentar a eficácia, a eficiência e o impacto dos projetos sociais voltados para a EF, o esporte e o lazer. Talvez esteja aí uma grande questão para novos estudos sobre gestão dessas três áreas. Conforme Santos (2001) e Dowbor (1999), esse é um desafio que ainda não foi enfrentado como deveria.

É importante compreender a definição de projeto para saber que sua existência é temporária e com recursos limitados. Os projetos sociais não podem ter existência indefinida, pois deveriam ter um caráter emergencial para corrigirem falhas eventuais nas políticas e nos planos governamentais. Um projeto social eterno não está cumprindo com o seu papel, pois isso significa continuar mantendo a população envolvida como eterna comunidade “vulnerável”. Ou melhor, significa que se houvessem políticas públicas adequadas e a legislação fosse cumprida não seriam necessários tantos projetos sociais na área do esporte e do lazer.

A princípio, tal afirmação pode parecer uma forma radical de pensar, porém, quando contextualizada no “mercado social” (ARAÚJO, 2001, p. 1), criado pelo terceiro

setor, torna-se merecedora de maiores reflexões. Ao expormos os conceitos básicos da gestão social, enxergamos que as apropriações e os usos indevidos da EF, do esporte e do lazer como meros produtos de entretenimento e consumo contribuem para a manutenção e a exploração das comunidades “vulneráveis” pelos interesses do *marketing* social. Tais conceitos devem ser apropriados para instrumentalizar a vontade de emancipação (SANTOS, 2001).

Em virtude da complexidade dos problemas sociais e da exigência de responsabilidade dos projetos sociais, os conceitos aqui abordados deveriam receber maior atenção na elaboração de programas sociais. Isso evitaria que projetos da EF, esporte e lazer caíssem no desprestígio ou desperdício; ou que assumissem posturas mercantilistas ou assistencialistas do chamado terceiro setor. Conhecer os conceitos e incorporar as reflexões apresentadas neste ensaio não representará projetos eficientes e eficazes socialmente. Para tal, será necessário engajá-los a um pensamento emancipatório que enxergue as comunidades “vulneráveis” como sujeitos da transformação social (*idem*, *ibidem*).

Finalmente, ressaltamos que o tema não se esgota com este ensaio, pois a nossa proposta foi apenas trazer para a EF uma discussão ainda pouco explorada e que carece de muito mais reflexão. A preocupação com uma gestão social que supere o filantropismo e o assistencialismo é recente e guarda equívocos na aplicação e na descrição de alguns conceitos (ARAÚJO, 2001). Na EF essas dificuldades tornam-se ainda maiores, uma vez que Tavares (2006) identifica um desconhecimento ou uma negligência desses conceitos básicos na elaboração de certos projetos de cunho social. Assim esperamos que este estudo sirva de estímulo às novas pesquisas e aos projetos comprometidos com a emancipação e a justiça social.

Social projects in physical education, sport and leisure: preliminary reflections to social management

ABSTRACT: The social inequalities had led to the sprouting of the concept of social vulnerability and some projects in the area of the physical education, the sport and the leisure. Those projects don't consider the complexity of the social matters and the basic knowledge of the social management, becoming some projects inefficient and inefficacious. The objective of this essay is to present the concept of social vulnerability and some concepts of the social management, and to reflect on its uses in the management of projects related to the physical education, the sport and the leisure.

KEY WORDS: Social projects; management; physical education.

(continua)

Proyectos sociales en educación física y lazer: reflexiones preliminares para una gestión social

RESUMEN: Las desigualdades sociales llevaron al surgimiento del concepto de vulnerabilidad social y de los proyectos en la area de la educación física, del deporte y del lazer. Sin considerar la complejidad en las cuestiones sociales y algunos conocimientos básicos de la gestión social, algunos proyectos desarrollados en esas areas pueden ser considerados ineficientes y ineficaces. El objetivo de esse ensayo es presentar el concepto de vulnerabilidad social y algunos conceptos básicos de la gestión social y reflejar sobre sus utilizaciones em la gestión de proyectos relacionados a la educación física, al deporte y al lazer.

PALABRAS CLAVES: Proyectos sociales; gestión; educación física.

REFERÊNCIAS

ANDER-EGG, E.; IDÁÑEZ, M. J. A. *Cómo elaborar un proyecto: guía para diseñar proyectos sociales y culturales*. Madrid: Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, 1997.

ANDRADE, J. O. Resenha do livro "Avaliação de impactos dos trabalhos de ONGs: aprendendo a valorizar as mudanças", de Chris Roche. *E & G – Economia e Gestão*, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, p. 163-167, abr. 2005.

ARAÚJO, E. T. Estão "assassinando" o marketing social? Uma reflexão sobre a aplicabilidade deste conceito no Brasil. 2001. Disponível em: <http://www.ucb.br/comsocial/mba/Estao_assassinando_o_MKT_Social.pdf>. 2001. Acesso em: 1 set. 2007.

BELLENZANI, R.; MALFITANO, A. P. S.; VALLI, C. M. Da vulnerabilidade social à vulnerabilidade psíquica: uma proposta de cuidado em saúde mental para adolescentes em situação de rua e exploração sexual. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DO ADOLESCENTE, 2005. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000082005000200010&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 30 set. 2006.

BOFF, L. *Ethos mundial: um consenso mínimo entre os humanos*. Brasília: Letraviva, 2000a.

BOFF, L. *Depois de quinhentos anos: que Brasil queremos?* 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000b.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 05/10/1988. São Paulo: Saraiva, 1998.

CAMPOS, A.; POCHMANN, M.; AMORIN, R.; SILVA, R. *Atlas da exclusão social no Brasil: dinâmica e manifestação territorial*. V. 2. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

DOWBOR, L. *Gestão social e transformação da sociedade*. 1999. Disponível em <<http://dowbor.org/artigos.asp>>. Acesso em: 2 set. 2007.

FARINATTI, P. de T. V.; FERREIRA, M. S. *Saúde, promoção da saúde e educação física: conceitos, princípios e aplicações*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2006.

GANDIN, D. *Planejamento como prática educativa*. 11. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

MARINO, E. *Manual de avaliação de projetos sociais*. 2. ed. São Paulo: Instituto Airton Senna/Saraiva, 2003.

MASCARENHAS, F. O pedaço sitiado: cidade, cultura e lazer em tempos de globalização. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 24, n. 3, p. 121-143, maio 2003.

MELO, V. A. de; ALVES JÚNIOR, E. de D. *Introdução ao lazer*. Barueri: Manole, 2003.

RAWLINGS, L. B. *Avaliação de impacto: objetivos e formas*. 2004. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/SAFETYNETSANDTRANSFERS/Resources/281945-1131468287118/1876750-1140119752568/Rawlings_Port.pdf>. Acesso em: 1 out. 2006.

SANTOS, B. de S. O norte, o sul e a utopia. In: SANTOS, B. de S. *Pelas mãos de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 2001. p. 281-348.

SILVA, C. R.; FREITAS, H.; LOPES, R. E. Adolescentes, vulnerabilidade, sexualidade e saúde mental. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DO ADOLESCENTE, 2., 2005. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000082005000200077&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 30 set. 2006.

SOARES, M.; MONTEIRO, M.; MONTEIRO, S. Projeto SESC na praia e SESC no piscinão. Rio de Janeiro: Instituto Muda Mundo, 2006. 1 CD-Rom.

TABARES, J. F. O esporte e a recreação como dispositivos para a atenção da população em situação de vulnerabilidade social. In: MELLO, V. de A.; TAVARES, C. *O exercício reflexivo do movimento: educação física, lazer, e inclusão social*. Rio de Janeiro: Shape, 2006. p. 212-224.

TAVARES, S. Avaliação de projetos sócio-esportivos. In: MELLO, V. de A.; TAVARES, C. *O exercício reflexivo do movimento: educação física, lazer, e inclusão social*. Rio de Janeiro: Shape, 2006. p. 200-211.

Recebido: 10 ago. 2007

Aprovado: 25 fev. 2008

Endereço para correspondência
Marcos Miranda Correia
Rua Mariz e Barros, 273
Rio de Janeiro-RJ
CEP 20270-003